



~~Os técnicos em cada domínio~~

Se em cada sector de actividade todos puderem ~~e~~ aumentar a rentabilidade e a presteza dos processos verificarmos q̄ temos condições p̄ responder às necessidades básicas da população.

Trata-se de fazer convergir esforços e de não dividir q̄^{tes} vezes em guerras inúteis.

As ideias q̄ inconsequentemente se lançam são muitas vezes ideias susceptíveis de serem aproveitadas e empreendidas e iniciativas.

Fundação Cuidar o Futuro

Necessário é, porém, q̄ neste fim de séc. XX reaprendamos q̄ as ideias têm força motora, q̄ são capazes de desembocar em actos úteis.

As energias q̄ existem no povo têm de ser canalizadas. Todos têm de lutar contra os estagnamentos, as formas de produção de bens ou serviços q̄ são a p̄ negação de

ganhar, vai ser o núcleo de um novo Governo».

Com efeito foi também esta semana que os socialistas iniciaram uma série de contactos que intendiam levar a cabo com as várias forças sociais, já que o PS «vai ser o mediador de um contrato social novo para o desenvolvimento».

E ao estilo do que «estão a fazer os socialistas democráticos por toda a Europa» os socialistas portugueses prepararam, entre o entusiasmo, a pressa e a vontade de mudar, a alteração do programa do Partido Socialista, tendo, como se sabe, sido já nomeada uma comissão para esse efeito liderada por Jaime Gama (ver pág. 6).

Entretanto, o CDS reuniu na Caldas a sua Comissão Directiva com o objectivo de «preparar a data de Belém e de fazer a análise da situação política» (dessa análise resultaria que o CDS se mostra disponível para integrar um governo de gestão...), enquanto na Buenos Aires Vitor Crespo continuava tranquilamente a «ter encontros de trabalho» com vista ao seu Governo.

«Tenho o Governo pronto a nível de ministros e praticamente pronto no que toca aos secretários de Estado», disse ele à jornalista, uma tarde desta semana.

Relatando que tem continuado a navistar-se com Luís Barbosa («quando ontem tivemos um almoço de trabalho»), especificou que «obviamente não deixou de ir tomando as iniciativas necessárias já que na sua perspectiva seria bom para o País que o Governo fosse por diante».

Crespo «raciocina, escrevendo»

Sobre a tão falada e discutida carta de renúncia que teria escrito, na passada semana, quando a coligação esteve por um fio, Vitor Crespo acaba por confessar que «tem por hábito transformar em notas os seus momentos de reflexão e que como tal foi tomando alguns apontamentos nesse sentido».

«Raciocino, escrevendo», comentou.

Definindo-se como um «homem calmo e sereno», confessou «guardar uma decisão do senhor presidente da República porque especular de mais não é saudável».

Interrogado se não se sentia um homem a lutar praticamente só por um Governo a meia haste e perante o qual os próprios líderes se interrogavam sobre a sua credibilidade, Vitor Crespo limitou-se a comentar:

«Em primeiro lugar, o PSD não é monolítico. Em segundo, a maioria das estruturas directivas

do meu partido estão verdadeiramente empenhadas no meu Governo. Aceitei esta tarefa que é de grande responsabilidade pessoal apenas para contribuir para o progresso e desenvolvimento do meu país. O meu Governo é o possível e o melhor. Não há soluções perfeitas... Mas em qualquer caso será um Governo pleno para durar até ao fim da legislatura.»

Por outras palavras: nada de ficar à frente de um Governo de gestão. Ou é a sério ou não é. Resta saber se Eanes pensa o mesmo.

Entretanto, para um dirigente centrista a «verdade é que os homens do novo Governo não se assumiram como líderes de um governo novo a ser imposto ao país; Vitor Crespo, Luís Barbosa e os seus companheiros de gabinete não ganharam essa batalha, qualquer que venha a ser a decisão presidencial».

Cenários para todos os gostos

A decisão presidencial viria a ser, ao longo de toda a semana, o traço de união entre os partidos, a classe política e a opinião pública e a constituir o maior denominador comum entre a angústia, o receio e a inquietação pelo veredicto de Belém.

A continuação da semana expandiu ainda mais a polémica e a discussão e as opiniões que da um lado para o outro eram agitados como «eporéias» antes e depois das audiências de Eanes com os partidos políticos.

Para começar, as mais claras:

— Dissolução da Assembleia, convocação de eleições, manutenção de Balsemão à frente do executivo «com funções meramente de gestão». Esta tese, com tantos defensores como adversários, esbarra no entanto num pequeno pormenor: a recusa de Francisco Balsemão em permanecer em S. Bento por mais tempo, recusa muito discutível, aliás, em termos constitucionais. O primeiro-ministro demissionário parece assim preferir apenas a resposta de Eanes para regressar a tempo inteiro à Rua de Buenos Aires: Congresso oblige?

— Sim ao Governo Crespo e consequentemente eleições remetidas para a sua data normal, isto é, 1984.

Ninguém parece acreditar nela. No entanto, a convocar para daqui a três meses eleições legislativas, a próxima legislatura avança automaticamente de 83 para 87. Nessa data, Eanes já não será Presidente, e o «dono» da Esquerda poderá ser Mário Soares. Sendo assim, cabe a pergunta: dissolver agora o Parlamento não significa também hipotecar o hipotético partido eanista?

Mas há mais. Como, por exemplo, uma outra possibilidade que Carlos Brito, do Comité Central do PCP, explica assim:

«Após a convocação para eleições, formar-se-ia um governo de gestão, sob iniciativa presidencial que desse garantias de isenção. Mostrámos a nossa disponibilidade para discutir algo com esta forma.»

Quem não mostrou foi o PS, que tornou público que inviabilizará qualquer governo antes de eleições...

Mas no Largo do Caldas parecia ter nascido também um outro cenário que aposta em força na mobilização e rejuvenescimento da AD... em caso de eleições antecipadas.

«Se o Presidente convocar eleições a consequência imediata desse gesto pode ser na AD uma vontade de mobilização que se reflectiria inclusivamente no melhor dos governos, e até em listas conjuntas entre o CDS e o PSD para ganhar em força essas mesmas eleições!»

No PSD a ideia caiu em saco roto:

«Ideia impensável! A AD já não é mobilizável dessa maneira e, se os distritais revoltar-se-iam — não podem já ouvir falar no CDS. Para minha parte não alinho nisso», disse-lhe a este respeito um alto dirigente social-democrata.

A solução do «puzzle»

Seja como for não caberá a nenhum dos autores de tantos e tão variados cenários a solução do «puzzle». Eanes continua a meditar e nem mesmo quando esta semana recebeu em audiências os partidos políticos com expressão parlamentar abriu o (seu) jogo.

E de tal forma que a avaliar pelo tom e o teor das conversas que manteve com a classe política não é difícil chegar-se à conclusão de que, com a AD, Eanes apresentou argumentos a favor da dissolução (invocando nomeadamente que nunca tal lhe passaria pela cabeça se não fossem os episódios recheados de eventos trágico-cômicos que envolveram as duas últimas semanas da AD) enquanto que com a Oposição o Presidente faria exactamente o contrário: enumerou, um a um, os aspectos económicos e políticos que quanto a si combatem neste momento a tese da dissolução do Parlamento.

Em qualquer caso, nenhum dos partidos se afastou um milímetro

das suas posições e todos eles acentuam que as conversas de Belém se passaram «em tom cordial, franco» ou mesmo «altamente descontraido de um ponto de vista humano».

Mas... o Presidente continuava de Conrado a guardar o prudente silêncio. E nem a segunda reunião do Conselho de Estado viria a alterar as coisas. À roda da grande mesa onde os conselheiros se sentam por ordem protocolar, Eanes ouviria afinal os mesmos argumentos que ouvira já quarenta e oito horas antes, e o encontro confinou-se a nova encenação de uma coisa que já se sabia: que a AD, mais uma vez liderada por Mota Pinto, esteve ainda mais firme e coesa, e que os restantes elementos defenderam posições já conhecidas.

Uma nota diferente: a entrada de Basílio Horta, empossado à pressa na própria tarde em que se realizou a reunião, a qual teve o condão de desfazer o empate e de transformar o resultado final em 8 votos contra a dissolução e de 7 a favor.

Basílio Horta perderia ainda uma votação, proposta por si, no sentido do parecer do Conselho de Estado não ser acompanhado da declaração de voto de cada conselheiro.

E Eanes não votou.

Foi em resumo uma semana com uma peculiaridade: começou como acabou, o que é raro, senão único, na estranhíssima vida política nacional. Isto, mau grado as reuniões, os bastidores agitados, os artigos de fundo, os palpites logo transformados em certezas que cada um dizia possuir, saber, adivinhar.

Por uma vez a palavra pertence a um só e é segredo bem guardado. O que for soar.

economia. Os circuitos podem ser
simplificados apenas pela canalização
adequada das energias usadas
em criticá-los.



Não pode um povo escorar a sup
-energia ~~apenas~~ no vencer quotidiano
das vicissitudes e contrastes de
serviços mal organizados, de estruturas
sem ~~uma~~ auto-correcção.

A capacidade de intervenção de todos
os cidadãos pode ser aumentada e
estimulada pela atuação de todos
a cada um e aquilo com o qual
um pode contribuir.

P. n. é um país do TM. A sua
riqueza está nas pessoas. É essa riqueza
que é preciso trazer a lume.

(O problema da abertura das escolas
não é só um problema entre professores
e centros centrais do Ni.u. mas um
problema que envolve alunos, prof., pais
de alunos, pessoas-funcionárias que
têm rosto — por que não tratar conjun-
ta dos problemas?)

Uma semana à espera do veredicto de Belém

Ramalho Eanes: sim, não, mas talvez...

Maria João Avillez

HERMÉTICO, cultivando o silêncio e a distância, porventura mais só do que nunca, aparentemente equidistante de todas as peças do tabuleiro, emergindo do mar de pressões que de todo o lado lhe chegam, Eanes medita.

«Tem pressa», conforme ecoou na quinta-feira por de trás das espessas paredes do Palácio de Belém, mas «não se precipitará». Para trás, enquanto o Presidente pensa com os seus próprios botões (nunca como desta vez, geriu tão bem o seu silêncio), fica uma semana, onde tudo se circunscreve exclusivamente à sua própria pessoa (ver EXPRESSO A Revista pág. 14 R).

Na semana passada, a acção política foi dos estados-maiores dos partidos da AD, divididos pelo esboço de um eventual Governo Crespo, sob o clamor indignado da Oposição. Isto é, até há oito dias, a política (a pequena, bem entendido), pertenceu aos seus actores partidários. Nos últimos dias, encenada pela mão habilidosa e prudente do presidente da República, subiu um degrau e desenrolou-se no interior do Palácio.

Qual será o pensamento do general Ramalho Eanes, eis a grande interrogação, ou melhor «a questão», portadora de uma intensidade rara e de um «suspense» único que esta semana atravessou as sedes dos partidos, os corredores do Parlamento, as primeiras páginas dos jornais. Toda a gente interrogava toda a gente na esperança ridiculamente vã que alguém soubesse afinal qualquer coisa, tivesse tido o acesso deliz a uma ponta de informação, ouvido qualquer coisa,

apanhado no ar uma tendência, uma indicação, uma intuição... Nada disso.

Ouviu sem falar

O presidente da República chamou os partidos políticos — pequenos, médios e grandes — reuniu duas vezes o Conselho de Estado, ouviu sem falar. Nas sedes das formações partidárias, no poder e na Oposição, reuniram também as Comissões Directivas, Permanentes e outras, os jornais especularam afanosamente. A quem se mudou-se para o misterioso Palácio de Belém, o silêncio foi, durante toda a semana, de ouro.

É natural. O Presidente hesita, a solução não lhe deve, não pode, ser fácil. De um lado e de outro da sua decisão final há prós e contras de peso e consistência e, sobretudo, ambos são susceptíveis de discussão.

«Adivinho o Presidente terrivelmente dividido. O seu lado legalista, formal, conservador, levá-lo-ia a não dissolver o Parlamento. Mas depois, que faria ele aos seus amigos? Como conseguir sair ileso das suas pressões?» comentava na tarde de quinta-feira um alto responsável socialista enquanto, da banda do Partido Comunista um dos seus dirigentes nos indicava a título informal, é claro, que «a sua intuição apontava para a dissolução da Assembleia da República».

Por seu turno também um líder da AD se interrogava sobre se Eanes «não acabaria afinal por optar pela solução 'Governo Crespo' já que usar agora a portentosa arma da dissolução poderia ser excessivo em relação à dimensão da actual crise da AD». Interrogações, palpites, sugestões (todos os políticos, da AD ao PC, diziam que tinham «um feeling...»), foram o pano de fundo de uma semana centrada na figura grave do general Ramalho Eanes. Houve actividade partidária, é certo.

Houve Parlamento, é um facto. Mas, apesar de Vizela e dos deslucos da sessão, do afã das idas e vindas das reuniões dos políticos, o que foi tudo isso ao pé da espera ansiosa pela decisão do pai?

Pompa e circunstância

O facto mais notável da semana foi, sem dúvida, a reunião do Conselho de Estado, onde, com pompa e circunstância, os conselheiros se decidiram pelo sigilo. Mas, como felizmente há sempre «as fontes próximas», lá se foi sabendo que o Presidente esteve mais enigmático que sempre; que Mota Pinto, por parte da AD, com consistência e mais saber político que qualquer outro dos seus pares; que os homens do Presidente estiveram unos e indivisíveis, que a Oposição ao poder vigente, personificada em Soares e Cunhal, fez o que lhe competia: disse que não gostava da AD, nem do Governo Crespo, nem de nenhuma solução que viesse dali.

«Foi uma discussão densa, interessante, civilizada», disse-nos uma «fonte próxima» «na qual todos os elementos estiveram à altura da solenidade deste órgão».

Os conselheiros fizeram algumas perguntas uns aos outros (surpreendentemente Jardim escolheria Nobre da Costa para seu interlocutor colocando-lhe bastantes questões de nível técnico, mas há quem diga que isso se deve simplesmente ao facto de se sentar em frente), Francisco Balsemão não se sairia airoso na explicação da situação económica do País, o que levou Eanes a tirar do bolso umas notas que tomara na véspera aquando da até aqui inédita audiência concedida ao Banco de Portugal (e a intervir ele próprio nesta matéria delicada), Mário Soares não falou nas eleições autárquicas, Álvaro Cunhal não foi tão igual a si próprio como vai sendo costume, tendo tido, pelo contrário, uma intervenção sólida, onde não recorreu às razões que habitualmente emprega na sua cassete.

Os sete da AD passaram no entanto um mau bocado. Perante a argumentação de que as coisas iam mal devido à própria AD — com todas as contradições internas, ultimamente vindas a público — e que tudo começara afinal por duas demissões ainda hoje mal compreendidas, foi nítido o fraquejar dos sete representantes da coligação. Mota Pinto, contudo, tentou, salvar a situação adiantando que se estava em presença de uma crise de Governo e não da coligação.

E como se esperava — já que o Conselho de Estado acaba por funcionar exclusivamente como um miniparlamento com a nuance curiosa de que engloba também algumas das estrelas máximas de um eventual Partido Eanista... — o resultado foi o óbvio: empate de sete a sete. No final, os conselheiros abandonaram o Palácio de Belém como entraram: sem saber o que pensava e o que queria o Presidente e agarrados às suas convicções partidárias ou, se se quiser, políticas.

O PS está preparado

No entanto, um dirigente nacional do PS refutou-nos esta tese. Para ele, o PS é um partido patriótico, que quer o bem nacional. Assim, é a pensar no País que apele a eleições legislativas e à dissolução do Parlamento.

«Quanto mais tarde for, pior para o país. Para o PS talvez fosse melhor esperar.»

No entanto, a mesma fonte da Rua da Emenda não se esquivava a dizer que «a noventa dias ou a nove meses o PS está preparado e vai